

A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL: AS HIPÓTESES DE RESSARCIMENTOS DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS AO CÔNJUGE PREJUDICADO

*Claudete Carvalho Canezin**

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O Vocábulo "Responsabilidade". 3. Responsabilidade Civil como Aspecto de Obrigação. 4. Responsabilidade como Obrigação de Reparar o Dano nas Relações entre Cônjuges. 5. A Distinção entre Responsabilidade Contratual e Extracontratual. 6. A Responsabilidade Civil Objetiva e Subjetiva. 7. Pressupostos da Obrigação de Reparar o Dano. 8. Indenizações nas Dissoluções Culposas e Não Culposas da Sociedade Conjugal. 9. Reparação de Danos Materiais e Morais na Dissolução de Casamentos. 10. Conclusões. 11. Referências.

1. MODELO

A questão da responsabilidade civil, com o conseqüente dever de indenizar, tem sido alvo de inúmeras discussões pelos operadores de Direito, dada a sua importância no ordenamento jurídico, não somente brasileiro, bem como no âmbito dos ordenamentos estrangeiros.

Prevista desde as mais antigas expressões do Direito dentre a humanidade, a indenização, ou reparação, por dano causado por ação ou omissão de alguém, também está presente nas relações familiares, mais precisamente, nas relações conjugais, de que trata o presente trabalho.

Em tempos de modificação legislativa - a transição do Código Civil de 1916 para o Novo Código, que entrará em vigor em 11.01.2003 – urge rever e sedimentar o estudo da Responsabilidade Civil, nas suas mais

* Mestranda em Direito das Relações Privadas no Centro Universitário de Maringá - CESUMAR. Professora de Direito Civil na Universidade Estadual de Londrina - UEL e Coordenadora da Pós-Graduação *Lato Sensu em* Direito Civil e Processo Civil da UEL. Membro do Projeto de Pesquisa "A reparação civil no âmbito das relações familiares".

diversas formas de apresentação.

Há que se lembrar, no entanto, que à luz dos princípios trazidos pela Constituição de 1988, o dever de indenizar deve ser visto, nas relações de família, com muito critério, posto que pela própria preservação do vínculo familiar, somente em última hipótese deverá o Poder Judiciário interferir com medidas deste cunho. É assim que se deve proceder, e tem sido o entendimento dos Tribunais Superiores, incontestavelmente.

Assim, pois, o estudo proposto mostra as conseqüências da responsabilidade civil sob o enfoque das relações familiares, bem como a maneira que o mencionado instituto se relaciona com os conceitos de dolo e culpa; causado por ação ou omissão de agente e as obrigações advindas e antecedentes ao dever de indenizar.

2. O VOCÁBULO "RESPONSABILIDADE"

A noção de responsabilidade vem, principalmente, como conseqüência a que se submete aquele a quem é confiado determinado dever.

Como ensina a doutrina francesa, a idéia de responsabilidade pode apresentar-se na forma de obrigação, e ainda, na modalidade de garantia. Pela linguagem vulgar, o responsável é quem estará sujeito à obrigação de indenizar¹.

É o que acontece, então, quando se fala em responsabilidade em sentido jurídico, à medida em que o sujeito sobre o qual recai o dever de indenização advindo da responsabilidade civil está obrigado a um determinado comportamento - seja ele comissivo ou omissivo - predeterminado por lei. De outro lado, o dever de indenizar é igualmente previsto no ordenamento jurídico com finalidades de garantia daquele comportamento previamente estabelecido.

Num aspecto mais abrangente, a palavra responsabilidade adquire uma conotação não somente de obrigação, mas também, de garantia. Assim, também vincula-se, neste sentido, aquele terceiro que se compromete a responder por atos de terceiros.

Como é de notar-se, a idéia da palavra é a de responder por algo previamente estabelecido, genérico (responsabilidade civil extracontratual), ou especificamente (responsabilidade civil contratual).

¹ "L'idée de responsabilité appel/e cel/es d'obligation et de garantie. Dans le langage vulgaire, le responsable este celui qui est obligé d'indemniser. " Chapitre Premier - Généralités sur la responsabilité civile - Section Préliminaire. LALOU Henri. Traité Pratique de la Responsabilité Civile. Paris: Librairie Dal/oz, 1955.p. 01.

Por isto, é pertinente dizer que é possível responder por algo previamente estabelecido genérica ou especificamente porque o dever de indenização pode advir sem que haja uma relação anterior entre os sujeitos, tendo em vista que o ordenamento já prevê a responsabilidade, genericamente, quando determina que aquele que causa o dano é responsável pela reparação do mesmo, estampada no artigo 159 do Código Civil de 1916².

2.1 Noção de Responsabilidade Civil

Conforme já demonstrado, o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 159, define a Responsabilidade Civil, como sendo a obrigação, de reparar o dano, imposta a "todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem".

O referido artigo consiste numa composição entre regras contidas numa cláusula geral do sistema do Código Civil Brasileiro, similar ao artigo 1.135 do Código Napoleônico, e as disposições específicas a propósito dos atos ilícitos, artigos. 1.518 e ss. do Código Civil. A discussão está em saber se é possível considerar como atos ilícitos, e em consequência, indenizáveis, hipóteses que não estão previstas nos artigos 1.518 e ss. deste Estatuto, que definem as espécies. Pode-se observar o mesmo problema em todas as legislações que temem a atividade jurisdicional discricionária e desordenada nesta matéria, como por exemplo, se dá no Código Civil Alemão.

2.2 Conceitos

Maria Helena Diniz³, explica que responsabilidade Civil é "a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar - dano moral ou patrimonial causado a terceiro em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele guarda (responsabilidade subjetiva) ou ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva)".

Álvaro Villaça Azevedo⁴, conceitua que: "A responsabilidade nada mais é do que o dever de indenizar o dano". A responsabilidade Civil surge

² Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.

Com nova redação constante no artigo 186 do novo Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, como ato ilícito.

³ DINIZ, M.H. *Curso de Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil*. São Paulo: Editora Saraiva, 1984. v. 7. p.32

⁴ AZEVEDO, Á.V. Artigo elaborado para o I Simpósio de Direito Processual Civil do Centro de Extensão Universitária de São Paulo. Maio de 1994.

em face do descumprimento obrigacional. O devedor deixa de cumprir um preceito estabelecido num contrato, ou deixa de observar o sistema normativo, que regulamenta sua vida.

Após essas considerações, podemos observar que Responsabilidade Civil é a situação de indenizar o dano moral ou patrimonial decorrente de inadimplemento culposo (de obrigação legal ou contratual), ou de situação para a qual a lei impõe a reparação.

A regra ampla do artigo 5º, X da Constituição Federal de 1.988⁵, no que toca aos danos extrapatrimoniais, permite que qualquer tipo de lesão que daí advenha, pode ser objeto de indenização.

O que nos leva a concluir, juntamente com Aguiar Dias⁶, "que toda manifestação da atividade humana traz em si o problema de responsabilidade". Concluímos também, a dificuldade de fixar um conceito de responsabilidade, pois que ele varia muito em relação aos seus aspectos que podem abranger inúmeras teorias filosófico-jurídicas assumidas.

Não obstante tais dificuldades, não se pode negar que em sede de Responsabilidade Civil, o que se vê são poderosas mudanças. Aquele que sofreu o dano - *tanto moral, como patrimonial* - não pode ficar sem ressarcimento. Esta tem sido a tônica da moderna concepção da Responsabilidade Civil. A sensibilidade com a situação das vítimas, surgidas das mais variadas espécies de relações, tem gerado uma maior amplitude em torno da responsabilidade de indenizar.

Assim, temos que mais aproximada de uma definição de Responsabilidade Civil é a idéia de obrigação de *reparar um dano*, diante das inúmeras espécies de responsabilização civil, conforme o campo em que se apresenta o problema: material, moral, advindos das relações jurídicas, de direito público ou privado.

3. RESPONSABILIDADE COMO ASPECTO DE OBRIGAÇÃO

O ato ilícito praticado por alguém que enseje, por sua conseqüência danosa, a reparação através de indenização, adquire, neste momento, relativamente aos sujeitos envolvidos, um aspecto obrigacional.

No entanto, pode-se visualizar outro aspecto obrigacional da responsabilidade civil, quando esta advém de uma relação preexistente, esta

⁵ Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, a segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ... X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

⁶ DIAS, J. de A. *Da responsabilidade Civil*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973. p. 75.

obrigacional. Desta forma, a reparação de um possível dano aparece como obrigação subsequente e, além disso, garantidora da relação jurídica anterior não adimplida.

Pois bem, sobre o primeiro aspecto - o da responsabilidade civil como determinante de obrigação entre as partes - vale ressaltar que, seja com fulcro em qualquer dispositivo legal sobre a matéria de reparação, havendo responsabilidade civil materializada, ou seja, quando esta passa da possibilidade numa relação para um dever entre as partes uma vez que a uma delas (ou a ambas, nada obsta) verificou-se alguma manifestação de prejuízo, tais sujeitos estarão, juridicamente, obrigados a reparar o dano causado a outrem.

Disso decorre que, estando o sujeito praticante de ato do qual instaurou-se o prejuízo juridicamente obrigado a reparar, aquele que sofreu o prejuízo poderá lançar mão de todos os meios admitidos em lei para ver satisfeita sua pretensão, que nada mais é do que ter o seu direito repostos, em tese, na mesma maneira como anteriormente ao dano desencadeado.

O outro prisma da responsabilidade civil como aspecto obrigacional é mais específico, porquanto diz respeito a uma obrigação preexistente, seja ela contratual ou legal. Assim, o instituto assume uma característica obrigacional eminentemente de garantir que a determinação - contratual ou legal - seja respeitada em todos os seus aspectos pelo sujeito alvo da determinação.

Vale dizer que o sujeito pode ser especificado, individualizado, quando se tratar de disposição contratual; e determinável quando se tratar de disposição legal. Isto porque à norma geral e abstrata é vedado individualizar sujeitos, em respeito ao princípio da igualdade. Assim, somente poderá individualizar classes de sujeitos, mas não estes em si. A esta função trabalha o Poder Judiciário, na prolação de sentenças, que nada mais são do que normas individuais concretas.

Da mesma forma, portanto, quando materializada tal necessidade de reparação civil, torna-se obrigação, dever entre as partes, ainda que tenha decorrido de uma outra obrigação anterior.

4. RESPONSABILIDADE COMO OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO NAS RELAÇÕES ENTRE CÔNJUGES

Conseqüência de direito injurioso é a responsabilidade que é a obrigação de reparar, suprimindo todo efeito ilícito de que é causa direta da injúria, podendo ser intrínseca ou extrínseca⁷.

⁷ "Consecuencia dei hecho injurioso es la responsabilidad (1), que es la obligación de reparar,

A reparação pecuniária por atos ilícitos civis no Direito de Família nunca foi uma prática nos tribunais brasileiros, como nos tempos atuais, mas o instituto do concubinato, mesmo em épocas mais distantes - relações extra-matrimônio -, buscavam no Direito das Obrigações e na Constituição Federal, proteção estatal a estes relacionamentos, mesmo sem amparo legal estabelecido.

Pode-se observar que há poucas décadas não se vislumbrava a possibilidade da reparação do dano causado, seja pelo prejuízo material ou pelo dano imaterial ocorrido dentro da relação entre cônjuges, porém hoje, diante de relações familiares tão conturbadas e distorcidas, surge um despertar por estes direitos no campo do Direito de Família, oriundos do instituto da Responsabilidade Civil.

Nos relacionamentos familiares, porém, é necessário e muito importante haver o devido amparo às situações que culminem em lesões graves, pelas quais já não é aceito o silêncio do ofendido, pelo medo.

Nas separações judiciais, então, todas causas culposas podem ser enquadradas dentro da conceituação da conduta desonrosa ou violação dos deveres do casamento, podendo ser qualquer um deles elencado no artigo 231 do Código de 1916⁸.

Para haver ressarcimento, o pressuposto é a existência de um dano, podendo ser ele patrimonial, desde que dele advenha algum prejuízo; e imaterial, por atingir valores ligados à personalidade da pessoa ofendida e, às vezes atingindo bens mais valiosos da vida humana, como a honra, o nome, a fama e a reputação social, que a pessoa goza e desfruta no seu meio social e familiar.

Clayton Reis, ao discorrer acerca do tema Dano Moral em decorrência dos laços de parentesco e de afinidade, assevera:

(...) sempre que ocorrer ofensa aos direitos da personalidade, que causem no ofendido aflições, humilhações ou profunda dor íntima, haverá um dano de natureza não patrimonial e o conseqüente dever de indenizar (...) portanto, é inegável que o abalo ou as lesões ocorridas no círculo familiar acarretam o surgimento de dores íntimas, a justificar a reparação por danos morais”⁹.

É de se concluir, portanto, que se houver prejuízo imposto a outrem por ação ou omissão de alguém, em relação a interesse juridicamente

suprimíendolo, todo efecto ilícito de que es causa directa la injuria, sea 'intrínseca' o 'extrínseca'." CHIRONI, G.P. La Culpa en el Derecho Civil Moderno. Tradução de la *segunda edición Italiana corregida y aumentada* por C. Bernaldo de Quirós. 2. ed. Madrid: Ed. Editorial Réus. v. 2. p. 232

⁸ Artigo 1566 (novo Código Civil): São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca; 11 - vida em comum, no domicílio conjugal; 11I - mútua assistência; IV - sustento, guarda e educação dos filhos; V - respeito e consideração mútuos.

⁹ REIS, C. *Dano Moral*. 4^o ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998. p. 59

tutelado, o dano causado é, indubitavelmente, indenizável, cabendo ao Direito determinar em que termos, conforme haja ou não, a necessidade de averiguação do elemento culpa na conduta comissiva ou omissiva do agente.

5. DISTINÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE CONTRATUALE EXTRA CONTRATUAL

Tem sido objeto de discussão a culpa contratual e extracontratual. A contratual surge como efeito de uma obrigação entre as partes; decorrente de um vínculo pré-existente, ao passo que pela extracontratual não há relação pré-existente entre as partes, constituindo-se em fonte de uma obrigação nova.

Entretanto, em ambos os casos, o efeito será o mesmo. A obrigação nascida da culpa tem por objeto a reparação do dano causado, qualquer que seja a sua origem, o resultado sempre será o mesmo - o dever de indenizar o lesionado.

Givanni Pacchione - *Diritto Civile Italiano* - acentua que a culpa contratual é o resultado de uma obrigação concreta, definida e estabelecida mediante convenção firmada entre as partes, ao passo que a extracontratual é a consequência do desvio da conduta que as pessoas devem ter em relação aos demais - não causar prejuízo a ninguém. Para Jorge Bustamante Alsina¹⁰, "há somente uma culpa e um duplo regime de responsabilidade culposa."

Da mesma forma é para Pontes de Miranda, para quem a culpa, tanto na Responsabilidade Civil contratual como na responsabilidade extracontratual é a mesma, não cabendo nenhuma diferenciação entre ela, em que pese os institutos serem diversos.

Para José de Aguiar Dias¹¹, é "o termo responsabilidade adequado tão-somente para a que decorre dos atos ilícitos, recomendado a adoção da expressão garantia em relação à responsabilidade contratual". Ainda aqui, muito embora o autor aponte a impropriedade do termo utilizado para a dita responsabilidade contratual, não se pode furtar à idéia de que o efeito de ambas se confunde, ou seja, em ambas surge o dever de indenizar o prejuízo advindo de uma obrigação preexistente (responsabilidade contratual), como aquele decorrente de delito (responsabilidade extracontratual).

¹⁰ ALSINA, J.B. *Teoria General de la Responsabilidad Civil*. 9. ed. amp. y actual. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997. p. 87.

¹¹ DIAS, J. de A. *Da responsabilidade Civil*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973. p. 148

5.1 Diferenças entre os Institutos

A partir das generalidades postas acima, a respeito das definições e diferenças mais evidentes dos institutos da responsabilidade contratual e da extracontratual, podem ser feitas, nesse momento, as distinções pontuais sobre tais institutos, pormenorizando aquelas diferenças que são oriundas das características gerais supracitadas. Vejamos então: *a)* Prova de culpa: a prova da culpa se presume nos inadimplementos contratuais, cabendo ao devedor demonstrar os motivos do não cumprimento da obrigação; *b)* Danos: a extensão dos danos é maior no inadimplemento extracontratual, porque se devem computar as conseqüências mediatas e imediatas do dano; *c)* a interpelação se torna necessária na culpa contratual para constituir em mora o devedor, ao passo que na culpa delitual a mora produz seu resultado a partir do dia em que ocorreu o evento lesivo; *d)* Prescrição contratual: não há prazo determinado, ao passo que a responsabilidade civil prescreve em 20 anos (art. 178 do CCB¹²); e *e)* Os fatores de responsabilidade são diferentes para a culpa contratual e extracontratual. Na primeira depende de fatores subjetivos e na segunda esses fatores subjetivos estão ligados a outros fatores diversos de atribuição de responsabilidade - como o risco, garantia, equidade, que quase sempre escapam ao princípio da responsabilidade subjetiva.

6. A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA

A Responsabilidade Civil objetiva independe do conceito de culpa, ensejando a aplicação da Teoria do Risco, em que a responsabilidade do agente decorre do seu próprio ato que oferece perigo de lesão ao patrimônio de outrem; à Responsabilidade Civil subjetiva é indispensável a existência do elemento culpa na conduta do agente, da qual resultou dano a alguém. A averiguação da culpa determina ao agente o grau de sua responsabilidade, impondo-lhe, ao mesmo tempo, o dever de indenizar o prejudicado conforme seja a extensão do dano, associada à culpa na sua ação.

6.1 Responsabilidade Civil Objetiva

A teoria da culpa objetiva, consagrada no artigo 37, § 6º da Constituição Federal de 1988¹³, bem como, em dispositivos específicos

¹² Artigo 206 no novo Código Civil.

¹³ Artigo 37. parágrafo 6. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,

artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor¹⁴ - implica no dever de indenizar o dano causado, independentemente de culpa do agente lesionador.

Segundo Sérgio Cavalieri Filho¹⁵,

(...) na busca de um fundamento para a responsabilidade objetiva, os juristas, principalmente na França, conceberam a Teoria do Risco, justamente no final do século XIX, quando o desenvolvimento industrial agitava o problema da reparação dos acidentes de trabalho. Risco é perigo, é probabilidade de dano, importando, isso, dizer que aquele que exerce uma atividade perigosa deve-lhe assumir os riscos e reparar o dano dele decorrente.

Assim, juntamente com o autor acima citado podemos afirmar que "a doutrina do risco pode ser, então, assim resumida: todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou, independentemente de ter ou não agido com culpa".

6.2 Responsabilidade Civil Subjetiva

A teoria da culpa subjetiva foi consagrada pelo Direito Brasileiro, a partir do Código Civil atual no art. 159 e pelo novo no art.186¹⁶, no que foi igualmente reafirmado pelo Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 14, § 4º¹⁷. Resulta daí que a comprovação da culpa, em face dos atos praticados pelo agente, é determinante em nosso ordenamento jurídico, principalmente para a averiguação do *quantum* indenizatório. Nesse sentido, a ordem jurídica leva em consideração o fato humano voluntário, sobre o qual repousa toda a construção dos efeitos jurídicos.

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho¹⁸, "a idéia de culpa está visceralmente ligada à responsabilidade, por isso que, de regra, ninguém pode merecer censura ou juízo de reprovação sem que tenha faltado com o dever de cautela em seu agir. Daí ser a culpa, de acordo com a teoria clássica, o principal pressuposto da responsabilidade civil subjetiva."

causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

¹⁴ Artigo 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

¹⁵ CAVALIERI FILHO, S. *Programa de Responsabilidade Civil*. 2. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1998. p. 143.

¹⁶ *16 Supra*. Nota 2. p. 03.

¹⁷ Parágrafo 4. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante verificação de culpa.

¹⁸ CAVALIERI FILHO, S. *Programa de Responsabilidade Civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores. 1998. p. 27.

Também, na ótica de Caio Mário da Silva Pereira¹⁹, "o que sobreleva na caracterização do fato jurídico humano, como fator etiológico da iliceidade, não é qualquer fator de ordem espiritual ou moral, como acentua Henschel D. Aguiar, porém, a relação puramente mecânica de causa e efeito, ou a materialidade da transgressão."

Na realidade, a teoria da culpa está indissolúvelmente ligada à idéia de comportamento do agente - fato importante na determinação da conduta da pessoa e, por consequência, para definir o seu grau de responsabilidade em face das suas atitudes.

Portanto, somente será capaz de determinar a responsabilidade uma conduta do agente que, contrariando a lei, produza lesão aos interesses legitimamente tutelados de alguém.

O mesmo Caio Mário da Silva Pereira²⁰, citando De Page, esclarece que "não há responsabilidade na ausência de culpa, isto é, uma falta de destreza, de habilidade, de diligência, de prudência, cujo resultado nefasto podia ser previsto, ao menos implicitamente."

7. PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO

A ação ou omissão exteriorizada pela conduta humana, quando causa dano a outrem, faz nascer o dever de reparar. O artigo 159 do Código Civil destaca a necessidade da presença do fator culpa no ato causador do dano; para que se configure a Responsabilidade Civil pelo ressarcimento, tendo como elemento básico a ação ou a omissão, voluntária e antijurídica, tem que haver o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado - "o elo de ligação entre os dois".

No Direito de Família a responsabilidade civil é subjetiva, exigindo-se um juízo de censura de agente capaz de entender o caráter de sua conduta ilícita, é preciso demonstrar sua culpa, por isso que a vítima só poderá pleitear ressarcimento se conseguir provar que esse alguém agiu com culpa, caso contrário não terá direito ao ressarcimento.

Augusto César Belluscio, Eduardo A. Zannoni e Aída Kemelmajer de Carlucci, "apontam entre alguns danos materiais reparáveis, derivados da

¹⁹ PEREIRA, C.M. da S. *Instituições de Direito Civil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997. p. 28.

²⁰ DE PAGE, *Apud*. PEREIRA, C.M. da S. *Instituições de Direito Civil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997. p. 30.

separação, aqueles resultantes de lesões físicas por agressão do esposo, contágio de doenças venéreas, escândalos públicos”²¹.

A dissolução antecipada da comunidade patrimonial existente entre os cônjuges, quando este patrimônio está sendo administrado pelo consorte inocente, que se vê forçado a realizar a partilha, causando notórios danos matérias, como por exemplo, a ruptura de algum negócio ou contrato comercial, também acarretam danos passíveis de reparação, porquanto em todas estas possibilidades o que se está ferindo é um interesse juridicamente tutelado de alguém.

7.1 Ação ou Omissão do Agente

A prática de uma ação ou omissão contra o Direito, com ou sem intenção manifestada de prejudicar, mas que cause prejuízo ou dano a outrem, podendo constituir-se de ato único, ou de série de atos, ou de conduta ilícita, pode acarretar dano indenizável, se o prejuízo atingir bem legitimamente tutelado, entendendo-se por bem não somente aqueles materiais, mas tudo que é passível de propriedade, inclusive, direitos.

Não há que se discutir aqui se o agente, ao praticar a ação ou omissão, tinha a intenção de causar um dano. Pela Responsabilidade Civil jurídica, o simples fato da ação ou omissão ter causado um dano reparável acarreta o dever da reparação. Ou seja, a responsabilidade jurídica pelo dano causado por ação ou omissão pode basear-se tanto na culpa como no risco, muito embora a conduta, comissiva ou omissiva, produzida dolosamente também enseje a reparação do dano por ela causado, conforme será visto oportunamente, abaixo.

O ponto que se deve ressaltar é o de que tanto uma conduta comissiva como uma conduta omissiva são hábeis a instaurar o dever de restaurar o *status quo ante* - dever de indenizar.

Em termos obrigacionais, portanto, pode-se entender que as condutas comissivas são aquelas em que há a prática efetiva do agente, ou seja, constituem-se nas modalidades de "dar" e "fazer". Diversamente, as condutas omissivas nem se exteriorizam por serem, simplesmente, uma não-ação, ausência de prática que deveria existir; o que se exterioriza são as conseqüências danosas da sua verificação. Constitui-se, pelo prisma das obrigações, em uma atitude de "não-fazer".

²¹ "Entre los daños materiales reparables derivados de los hechos que dan lugar al divorcio, pueden citarse los derivados de lesiones o de difamación, contagio de enfermedades . especialmente las venéreas - escándalos promovidos públicamente". BELLUSCIO, A.C.; ZANNONI, E.A.; CARLUCCI, A.K. de. *Responsabilidad civil en el derecho de familia. Doctrina. Jurisprudência*. [s.l.]:[s.l.], [s.d.], p. 31.

7.2 Dolo ou Culpa do Agente

O artigo 92 do Código Civil de 1916, instituiu que: "Os atos jurídicos são anuláveis por dolo, quando este for a sua causa"²². E saiba-se que dolo é o meio malicioso tendente a viciar a vontade do agente, a fim de desviar a sua vontade, ou querer.

Em Portugal, o Código Civil, em seu artigo 253, define dolo: "Entende-se por dolo qualquer sugestão ou artifício que alguém empregue com a intenção ou consciência de induzir ou manter em erro o autor da declaração, bem como a dissimulação, pelo declaratório ou terceiro, do erro do declarante".

Sílvio de Salvo Venosa acrescenta, que o dolo induz o declarante a erro, mas erro provocado pela conduta do declarante. O erro participa do conceito de dolo, mas é por ele absorvido²³.

Clóvis Beviláqua assim definiu dolo: "Dolo é artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica, aproveitando ao autor do dolo ou a terceiro"²⁴.

Ainda Sílvio de Salvo Venosa²⁵ assevera que a existência do dolo tem em vista o proveito ao declarante ou a terceiro. Não integra a noção de dolo o prejuízo que possa ter o declarante, muito embora, geralmente ele exista, daí por que a ação de anulação do ato jurídico, via de regra, é acompanhada do pedido de indenização de perdas e danos. A prática do dolo é ato ilícito, nos termos do art. 159 do Código Civil, (art. 186 Novo Código Civil)²⁶. Note, em tempo, que explícita é a referência ao dano moral no artigo 186 do novo Código Civil.

A responsabilidade extracontratual decorre desses artigos, não preexistindo um contrato. É o caso de maus tratos entre os cônjuges, as sevícias ou lesões corporais, e tantas outras condutas dentro dos relacionamentos conjugais, seja no casamento ou na união estável, à medida que ambas são entidades familiares, apenas constituídas de modo diferente, e não pode se violar direitos ou causar danos a outrem, seja por ação ou omissão, negligência ou imprudência; devendo haver sempre respeito e limites nas atitudes.

²² Art. 145 (novo Código Civil): São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

²³ VENOSA, S. de S. *Direito Civil- Parte Geral*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 421.

²⁴ BEVILÁQUA, C. *Teoria geral do direito civil*. 2. ed. (Edição histórica). Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980. p.219.

²⁵ VENOSA, S. de S. *Direito Civil- Parte Geral*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.p.422.

²⁶ *Supra*. Nota 2. p. 3.

8. INDENIZAÇÕES NAS DISSOLUÇÕES CULPOSAS E NÃO CULPOSAS DA SOCIEDADE CONJUGAL

Chironi conceitua culpa da seguinte maneira:

A culpa em seu significado geral, amplo, é a violação culposa do direito, ensejando a responsabilidade, que se converte em reparação dos efeitos produzidos diretamente pela injúria cometida; se não se causa dano, a reparação determina a obrigação de responder o direito lesionado em que estado se encontrava antes da ofensa; a reparação converte em ressarcimento. Como este se refere ao poder do patrimônio, no estado em que estava, podia estar sem o acontecimento do direito injurioso; se a injúria não produziu modificação nenhuma falta a responsabilidade da causa de onde toma existência concreta²⁷.

Por muito tempo considerou-se o casamento como instituição dotada de indissolubilidade, para que perdurasse por toda a vida dos cônjuges, "até que a morte os separe".

Nesta época não eram muitos os processos judiciais de separação que batiam às portas do Judiciário com base em fatos que justificassem obter o chamado "desquite", recaindo sobre o culpado a obrigação de prestar alimentos ao cônjuge inocente.

As causas culposas da separação eram questionadas tão somente para se arbitrar a pensão alimentícia, que antes da Lei 6.515/77 eram sempre concedidos à mulher, por presunção de sua necessidade, com base na lei 5.478/68, em seu artigo 4^o²⁸.

A Lei do Divórcio trouxe uma igualdade entre os cônjuges, trazendo uma realidade dentro e fora do casamento, ou dos relacionamentos extramatrimoniais.

Em 1988, a Constituição Federal veio sacramentar os princípios fundamentais da responsabilidade conjugal pela separação, contudo buscando cada vez mais identificar o cônjuge culpado pela falência da sociedade matrimonial, isto quando ambos não são responsáveis reciprocamente.

²⁷ La 'culpa', em su significado general más amplio, o mejor, la violación culposa dei derecho ajeno, engendra la responsabilidad, que se convierte en reparación de los efectos producidos directamente por la injuria cometida; si no se causa dano, la reparación determina la obligación de reponer el derecho lesionado en el estado en que estaba antes de la ofensa; si le hubo, la reparaciones convierte en resarcimiento. Ahora bien: como éste se dirige a poner el patrimonio en el estado en que estaba a podia estar sin el acontecimiento dei hecho injurioso; si la injuria no ha producido modificación ninguna falta a la responsabilidad la causa de donde toma existencia concreta. CHIRONI, G.P.; CHIRONI, G.P. *La Culpa el Derecho Civil Moderno*. Tradução de la segunda edición Italiana corregida y aumentada por C. Bernaldo de Quirós. 2. ed. Madrid: Ed. Editorial aéus. v. 2. p. 232.3.

²⁸ Arl. 4. Ao despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita.

O legislador brasileiro cada vez mais busca a eliminação da comprovação da culpa nos processos judiciais de separação litigiosa, isto porque cria possibilidades legais de extinção do casamento pelo mero decurso de prévio prazo exigido por lei, para fática separação do casal.

Observação muito pertinente é a realizada por Rolf Madaleno, onde afirma que:

(...) os alimentos, sempre tiveram destinação específica de subsistência do parceiro desprovido de recursos próprios para sua manutenção, não se confundindo jamais como paga indenizatória decorrente do rompimento culposo do casamento, muito embora, mas sem razão, alguns textos de doutrina negassem a indenização dos danos derivados da separação culposa, por considerá-las cobertos com a pensão alimentícia em favor do inocente. Basta ver que a indenização carrega, no seu objetivo, um fundamento de punição pecuniária daquele que violou sagrados deveres éticos do casamento, ou do seu estado de família, enquanto os alimentos, embora também satisfaçam à vítima, têm como função assegurar-lhe a sobrevivência física e cessam quando desaparecem as necessidades do beneficiário, isto, quando não surjam outras razões de exoneração, como por exemplo, o remaridamento do alimentário, ou sua independência financeira com a alocação de um trabalho e da sua correlata remuneração²⁹.

Augusto C. Belluscio, Eduardo Zannoni e Aída Kemelmajer de Carlucci, no mesmo sentido se manifestam da seguinte maneira:

(...) explicam que a jurisprudência Argentina assentou ao cabo de longa discussão, o critério de que - independente da pensão alimentícia concedida ao cônjuge inocente, que reparava os prejuízos derivados do divórcio em si - o consorte inocente podia obter indenização de danos e prejuízos, se resultassem dos fatos que haviam motivado a dissolução do vínculo nupcial, um prejuízo material e moral distinto daquele que originou a ruptura do casamento e que a pensão teve por objetivo reparar. Portanto, não há como confundir a pensão alimentícia com o ressarcimento do ato ilícito conjugal³⁰.

Diante de tais esclarecimentos não há como confundir estas searas.

²⁹ MADALENO, R. *Direito de Família - Aspectos polêmicos*. [s.l.]: [s.l.]. [s.d.].p. 141-2.

³⁰ "En el estadio final de la evolución de la jurisprudencia, la Corte de Casación sentó el criterio de que - independiente de la pensión alimentaria concedida por el art. 301 dei Cód. Civil ai cónyuge inocente, que reparaba los perjuicios derivados dei divorcio en siel cónyuge inocente podía obtener indemnización de danos y perjuicios por aplicación dei art. 1382 y en las condiciones dei derecho común, si resultaba de los hechos que habían motivado el divorcio un perjuicio material y moral distinto dei derivado de la ruptura dei vínculo conyugal y que la concesión de alimentos tenía por objeto reparar". BELLUSCIO, A.C.; ZANNONI, E.A.; CARLUCCI, A.K. de C. Responsabilidad civil en el derecho de familia. Doctrina. Jurisprudência. [s.l.]:[s.l.], [s.d.].p. 5.

9. A REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS NA DISSOLUÇÃO DE CASAMENTOS

No direito estrangeiro é feita a distinção entre os danos acarretados pelo descumprimento de dever conjugal e os prejuízos oriundos da ruptura do casamento.

É possível utilizar-se, para efeitos didáticos, de tal distinção a fim de que se possa chegar a uma aplicação mais racional e inteligente da Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro, quando da dissolução da sociedade conjugal.

Assim, os primeiros derivam dos fatos constitutivos das causas do rompimento matrimonial, ou seja, da violação a dever conjugal, razão pela qual são denominados "imediatos".

Os danos imediatos podem ser de natureza moral e material. Apresentam-se como danos morais imediatos aqueles que atingem a esfera da personalidade do cônjuge lesado, causando-lhe sofrimento, dentre os quais estão os oriundos do descumprimento do dever de fidelidade, por adultério ou pela prática de ato que demonstre a intenção de satisfação do instinto sexual fora do tálamo, do dever de coabitação, pelo abandono voluntário e injustificado do lar, pela recusa de satisfação do débito conjugal e do dever de assistência imaterial, pela prática de tentativa de morte, de sevícias e de injúrias graves.

Tais atuações ou atitudes do cônjuge podem acarretar ao consorte, concomitantemente, danos materiais ou patrimoniais, como no caso das sevícias ou lesões corporais, que, além dos danos morais, geram prejuízos econômicos, decorrentes do tratamento médico e, de acordo com sua gravidade, até mesmo de uma incapacitação para o exercício de atividades.

Os danos decorrentes do rompimento do matrimônio são chamados mediatos, por terem ligação indireta com o descumprimento de dever conjugal, consoante analisamos anteriormente.

Tais danos têm caráter quase sempre patrimonial ou econômico por embasarem-se nas disparidades que a ruptura do matrimônio pode originar entre os consortes, dando-se como exemplos os prejuízos pela liquidação de sociedade imposta pela partilha de bens, a privação de rendimentos sobre bens que passam a caber com exclusividade ao outro cônjuge e os gastos com mudança para outro imóvel.

Mas os danos mediatos podem ser também de ordem moral, se referentes ao sofrimento ocasionado pelo rompimento do casamento.

É exemplo de dano mediato a perda pela esposa dos benefícios que tinha no casamento, sendo que a boa situação de seu marido se devera aos estudos que pôde realizar com a contribuição da consorte durante a vida em comum.

E situação infelizmente comum, que bem demonstra e caracteriza os danos que podem decorrer da dissolução do casamento, é a da mulher que após um casamento com duração por longos anos, no qual se dedicou exclusivamente ao lar, tendo sido vedada sua atividade profissional, depara-se com o desfazimento do matrimônio pela culpa do marido, com conseqüências danosas nos planos moral e material.

Assim, é indubitável que o descumprimento de dever conjugal e a ruptura do casamento podem gerar prejuízos materiais e morais, restando saber se estes danos são indenizáveis no Direito Brasileiro.

Serão indenizáveis aqueles danos que atingirem bens ou direitos, do indivíduo, que estejam legitimamente protegidos pelo Estado, e, conforme exposto acima, competindo ao Poder Judiciário, após a determinação legal, ainda que genérica, pelo legislador, dispor sobre a maneira que deverá ocorrer a reparação, aferindo o grau de culpabilidade quando necessário e, ainda, analisando, criteriosamente, o potencial ofensivo e a capacidade de reparação do agente.

Há que se observar, ainda, como assevera Mário Moacyr Porto, abordando Responsabilidade Civil entre cônjuges, que admite-se a acumulação do processo ordinário de separação judicial com o pleito de indenização do dano resultante de injúria proferida contra consorte, refletindo o ultraje, desastrosamente, na reputação social ou profissional do parceiro. Faz fila nesta categoria de ilícitos familiares as ofensas à honra matrimonial, a simples negligência ou imprudência pela transmissão ao outro cônjuge de enfermidade contagiosa, a recusa injustificada ao reconhecimento da paternidade biológica extramatrimonial, assim como a imputação caluniosa de adultério, ou demanda arbitrária de interdição³¹.

9.1 Por Nulidade

Ato nulo é o que não produz qualquer efeito por ofender, gravemente, princípios de ordem pública e por estar inquinado por vícios essenciais que infringem o artigo 82 do Código Civil vigente³².

Desta forma, será nulo: a) se for praticado por pessoa absolutamente incapaz; b) se tiver objeto ilícito ou impossível; c) se não revestir a forma prescrita em lei ou preterir alguma solenidade imprescindível para sua validade; d) quando, apesar de ter elementos essenciais, for praticado com

³¹ PORTO, M.M. *Temas de Responsabilidade Civil - Responsabilidade Civil entre Marido e Mulher*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1989. p. 71.

³² Art. 82. A validade do ato jurídico requer agente capaz (art. 145, I), objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei (arts. 129, 130 e 145). Redação constante no artigo 104 do novo Código Civil.

infração à lei e aos bons costumes; e) quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito. O ato negocial nulo é como se nunca tivesse existido desde sua formação, pois a declaração de sua invalidade produz efeitos *ex tunc*. No entanto, permanece aos cônjuges o dever de arcar com os efeitos produzidos em relação a terceiros.

Portanto, considerando-se o casamento dotado de característica contratual especial, diferenciado, verificando-se ofensa a estes pilares do negócio jurídico, impõe-se ao cônjuge que lhe deu causa o dever de indenizar o cônjuge de boa-fé que recebeu o prejuízo.

Em tempo, é de se observar que a reparação do dano, em casos de dissolução da sociedade conjugal pela nulidade do ato, diz respeito a requisitos da forma que determina a perfeição da constituição, validade e existência do ato negocial. São, portanto, vícios insanáveis, de ordem pública e que, sendo assim, podem ser vistos a qualquer tempo, não pairando sobre eles o instituto da preclusão.

9.2 Por Anulabilidade

Anulabilidade do casamento constitui-se em modo de dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial pelo reconhecimento de sua invalidade, feito por sentença judicial proferida em ação anulatória ajuizada para esse fim, desde que se verifiquem os casos em que o casamento encontra-se eivado de vício sanável. Ou seja, trata-se de vício sobre algum aspecto que não seja essencial à constituição existência ou validade do ato.

Dentre os muitos exemplos que são elencados nesta categoria de dissolução do casamento, merecem destaque o casamento realizado com pessoa por qualquer motivo coacta; casamento de pessoa incapaz de consentir ou de manifestar, de modo inequívoco, o seu consentimento como os loucos e surdos-mudos que não puderem exprimir sua vontade (estes porque viciam a vontade de um dos cônjuges); casamento de raptor com a raptada, não estando esta fora do seu poder e em local seguro; casamento de indivíduo sujeito ao pátrio poder, tutela ou curatela sem o consentimento do pai, tutor ou curador; e matrimônio contraído por mulheres menores de dezesseis e por homens menores de dezoito anos, exceto se para evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez; casamento em que houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro alusivo à sua identidade, à sua honra e boa fama; à ignorância de crime inafiançável por ele praticado; à ignorância de ser ele portador de moléstia grave e transmissível por contágio ou herança, preexistente ao matrimônio; à ignorância pelo marido do defloramento da mulher.

Por não ser o ato anulável eivado de vício insanável, ou melhor, não se trata de requisitos de ordem pública, inexistindo o requerimento do cônjuge prejudicado em ação anulatória, como se observa do exposto acima, o casamento continuará válido e produzindo efeitos, normalmente.

Entretanto, se anulado o casamento após o devido julgamento em processo judicial, é indenizável o dano que tenha decorrido da inobservância ou violação dos requisitos supra mencionados. Aqui, também a indenização poderá ocorrer por dano material e/ou moral.

Neste aspecto de dissolução da sociedade conjugal, é possível visualizar que os motivos ensejadores de indenização não ficam somente no âmbito dos requisitos formais do casamento, mas primordialmente, quanto aos requisitos da pessoa e da vontade por ela manifestada.

9.3 Pelo Divórcio

O divórcio é o modo de dissolução do casamento por sentença judicial, após dois anos de havida a separação de fato do casal, ou decorrido um ano da separação judicial.

A ação de divórcio é privativa dos cônjuges e vem regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 6.515/77 que delineou a possibilidade de indenização por danos decorridos da dissolução da sociedade conjugal, mais tarde sacramentada pelos princípios constitucionais da Carta de 1988.

Muito embora em diversos casos de separação judicial seja difícil, ou até mesmo impossível se verificar qual seja o cônjuge culpado, ou mesmo se houve culpa para o fim da relação conjugal, o Direito tem primado pela imputação da Responsabilidade Civil e do dever de indenizar para, essencialmente, minorar os efeitos negativos que o casamento possa ter causado a algum dos cônjuges, pela ação ou omissão danosa de outro.

É de se notar, então, que neste sentido, os motivos pelos quais se torna possível a reparação civil de danos que decorram de comportamentos intraconjugais não são, novamente, de ordem formal, mas sim, são pertinentes a comportamentos humanos, sejam eles havidos na constância da sociedade conjugal ou no momento da sua dissolução.

De modo que, o prejuízo que determina a reparação civil de um cônjuge a outro pode advir de motivos que deram causa ao rompimento matrimonial - danos imediatos - e, ainda, por motivos que derivam do rompimento do casamento, por si só - danos mediatos.

Ambos, porém, são passíveis de indenização pelo cônjuge que lhe deu causa, ao consorte, de maneira que possibilite a este último a minoração dos efeitos negativos que se tenham instaurado, como decorrido mais

amplamente acima.

Tais prejuízos tomam a forma não somente de dano patrimonial, mas também - e pode-se dizer, no mais das vezes - de dano moral. Assim, como em qualquer outra ação do gênero, é cabível a cumulação do ressarcimento aos danos patrimoniais e morais, oportunizando-se, a partir de então, a preservação da dignidade da pessoa humana no processo judicial de dissolução do casamento.

10. CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto no presente estudo, desde a noção de responsabilidade, amplamente entendida, até o seu afunilamento ao sentido jurídico de dever de tornar o *status quo ante*, balisada, primordialmente, por princípios contidos no sistema harmônico do Direito, sacramentado normativamente pela Constituição de 1988, procurou-se entender o instituto da Responsabilidade Civil com enfoque nas relações conjugais.

A partir deste prisma é pertinente destacar que o desenvolvimento da idéia de indenizar as lesões cometidas durante a constância do casamento, ou quando da sua dissolução, tem sido o meio encontrado pelo legislador para introduzir no ordenamento jurídico - e conseqüentemente, na tutela do Estado Democrático de Direito - normas que permitam a preservação da dignidade do cônjuge prejudicado.

Deste modo, é contundente que a presença da Responsabilidade Civil nas ações judiciais de dissolução da sociedade conjugal contribui sobremaneira para decisões mais justas em relação aos consortes, e ainda, com o escopo de amparar os mesmos à medida que não se pode negar os efeitos sociais e psicoemocionais da dissolução sobre os cônjuges e filhos.

Portanto, utilizada adequadamente, com critérios que permitam ao julgador imputar o dever de indenizar da maneira mais coerente à situação dos consortes e da situação factual que deu causa ao fim da sociedade conjugal e que, nos moldes constitucionais atuais, ensejará a formação de famílias distintas, muitas vezes monoparentais, o benefício de tais decisões será incomensurável.

Por fim, constata-se que por óbvio há que existir meios efetivos para se proteger os cônjuges, ou similares, vítima de danos advindos das relações conjugais, porém, não se deve esquecer que o cuidado ao se decidir sobre tais questões deve vir acompanhado de um trabalho criterioso do juiz, uma vez que a possibilidade da responsabilidade em tela, se discricionariamente apoiada pelos magistrados no exercício de suas funções, pode acarretar uma disseminação da instituição "família", pelo estímulo a sentimentos referentes a danos ocasionados, surgindo um interesse às vezes inoportuno em

responsabilizar o cônjuge autor causador de danos tanto materiais como imateriais, ao invés de estimular o diálogo, o bom senso, e um possível restabelecimento da relação conjugal. Ou seja, há que se analisar as circunstâncias de forma criteriosa, para que não se dê início ao fim de uma instituição que sem a qual o próprio Estado, que a protege constitucionalmente, se desestruturaria.

11. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. *Dos efeitos das obrigações*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934. ALSINA, J.B. *Teoria General de la Responsabilidad Civil*. 9. ed. ampl. y atual. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1977.
- AZEVEDO, Á.V. *Responsabilidade Civil*. In: Enciclopédia Saraiva do Direito. São Paulo, 1977, v. 65.
- BARBERO, U.O. *Danos y perjuicios derivados del divorcio*. Buenos Aires: Editorial Astrea. 1977.
- BELLUSCIO, AC.; ZANNONI, E.A.; CARLUCCI, 'A.K. de. *Responsabilidad Civil en el derecho de familia Doctrina*. Jurisprudência. Buenos Aires: Editorial Hammurabi. 1983.
- BUZHUNI, M. *A Da Responsabilidade Civil do Estado em decorrência de sua atividade administrativa*. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 1992.
- BITTAR, C. *A Reparação civil por danos morais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.
- CAHALI, Y. S. *Dano Moral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. CAHALI, Y.S. *Dano e Indenização*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.
- CAHALI, Y. S. *La colpa nel Diritto Civile Odierno: colpa contrattuale*. Roma -Torino - Firenze: Fratelli Bocca Librai di S. M., 1884.
- CAHALI, Y. S. *La culpa em el Derecho Civil Moderno: culpa extra-contractual*. v. I e II, Trad. A. Posada. Madrid: Editorial Réus, 1928.
- CRISPINO, N.E.B. *Responsabilidade Civil dos conviventes*. Artigo publicado pela Internet, no site <http://www.gontijo-familia.adv.br>.
- DEMOGUE, R. *Traité des obligations en general; Eflés des obligations*. Tomo VI, Paris: Librairie Arthur Rousseau, 1924.
- DEMOGUE, R. *Traité des Obligations em général*. Paris: Arthur Rousseau, 1932. DIAS, J.A *Da Responsabilidade Civil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora

Forense, 1983.

DINIZ, M.H. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 10. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

FAGUET, É. *...E o Horror das Responsabilidades*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913.

GIORGI, G. *Teoria delle obbligazioni*. 5. ed., Florença: Casa Editrice, 1900.
GONÇALVES, C. R. *Responsabilidade Civil*. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1984.

HIRONAKA, G.M.F.N. Responsabilidade Civil. *In: Estudos de Direito Civil*. Belo Horizonte: DeI Rey, 2000.

LACERDA, G. *Direito de Família: conflitos conjugais*. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v. 1. 2 e 3.

LALOU, H. *Traité pratique de la responsabilité civile*. 4. ed., Paris: Dalloz, 1949.

LECLERCQ, AJ. *Leçons de droit naturel: la famille*. Maison, 1933.

LIMA, A *Da culpa ao risco*. 2. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

LIRA, R.C.P. Estudo sobre Entidades Familiares. *In: Repensando o direito de família: anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: DeI Rey, 1999.

MADALENO, R. *O dano moral na investigação de paternidade*. *In: AJURIS*. Porto Alegre: v. 71.

MADALENO, R. *Direito de Família - Aspectos Polêmicos*. 2. 00. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

MADALENO, R. *Novas perspectivas no Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2000.

MAZEAUD, H.; MAZEAUD, L. *Traité théorique et pratique de la responsabilité civile delictuelle et contractuelle*. 4. ed., Recueil Sirey.
.MAZEAUD, Henri; MAZEAUD; MAZEAUD, Jean; CHABAS, François. *Leçons de droit civil: obligations*. 9. ed. Paris: Montchrestien, (s.d.]. Tomo I e 11.

MENDES, E.W.G. *Danos morais na separação e no divórcio*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MONTEIRO FILHO, e.E. do R. *Elementos de Responsabilidade Civil Por Dano Moral*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2000.

MONTEL. *A Problemi Della Responsabilità e Del Dano*. Torino: G.

Giappichelli, 1952.

MONTENEGRO, AL.e. *Ressarcimento de danos, pessoais e materiais*. 5. ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998.

MOURA, M. de A *Insuportabilidade da vida em comum na separação judicial*. IOB, 90, verbete 4957.

NEVES, e. Reflexões sobre a reconvenção nas ações de desquite e anulação de casamento. In: *Revista de Direito Processual Civil*, v. I.

OLIVEIRA, P.P. de. *Da Possibilidade de Indenização entre Cônjuges por Dano à Honra*. In: *Revista de Responsabilidade Civil*. Campinas: Editora Jurídica Mizuno, 2000.

PAGE, H. *Traité élémentaire de droit civil belge*. 2. ed., Bruxelles: Société Anonyme d'Éditions Juridiques et Scientifiques, 1940.

PAJARDI, P. *La responsabilité per le spese e i danni del processo*. Milão: Giuffrè 1959.

PALLADINO, A. Vincenzo. *Il divorzio*. Milão: Giuffrè, 1970.

FÁBREGAS, L.M. *O Divórcio-anotações à lei*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

PEREIRA, C.M. da S. *Direito Civil. Alguns Aspectos da sua Evolução*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

PORTO, M.M. *Ação de responsabilidade civil entre marido e mulher*. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Ed. RT, v. 575, p. 10, set. 1983.

PORTO, M.M. *Responsabilidade Civil*. São Paulo: Editora Saraiva, 1984.

REIS, C. *Avaliação do Dano Moral*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REIS, C. *Dano Moral*. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

RODIERE, R. *La Responsabilité Civile*. Paris: Rousseaus & Cie. 1952.

RODRIGUES, S. *Direito civil: Responsabilidade Civil*. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 1993. v. 4.

SAMPAIO, C. *Do Divórcio*. São Paulo: Casa Vanorden, 1911.

SANTOS, R.B.T. da S.P. dos. *Reparação civil na separação e no divórcio*. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, U.P. dos. *A responsabilidade civil na doutrina e na jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SAVATIER, R. *Traité de la Responsabilité Civile em Droit Français: Civil, Administratif, Professionnel, procédural*. Prefácio de Georges Ripert. Paris:

Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1951.

SILVA, A.L.M. da. *O Dano Moral e a sua Reparação Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

SILVEIRA, A. *Da separação litigiosa à anulação do casamento*. 2. ed., São Paulo: Leud, 1985.

SOARES, O. *Responsabilidade Civil no direito brasileiro*. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

STARCK, B. *Essai d'une théorie générale de la Responsabilité Civile considérée en sa double fonction de Garantie et de Peine Privée*. Préface de M. Maurice PICARD. Paris: L. Rodstein-Librairie-Editeur, 1947.

STOCO, R. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. 2. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

STRENGER, I. *Responsabilidade Civil no Direito Interno e Internacional*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Ltr, 2000.

TEPEDINO, G. *O papel da culpa na Separação e no Divórcio*. In: *Repensando o Direito de Família - Anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Dei Rey, 1999.

TUHR A. Von. *Tratado de Las Obligaciones*. Madrid: Editorial Réus, 1934. Tomo I e II.

VARELA, J. de M. A. *Direito das Obrigações*. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

VARELA, J. de M. A. *Direito de Família*. Lisboa: Petrony, 1982

VIDIGAL, J. F. da e.e. *Estudo sobre a reparação civil na separação judicial*. São Paulo, 2002.

VINEY, G. *Traité de Droit Civil. Les obligations; la responsabilité: effets*. Paris: L.G.D.J., 1988.

WEIL, A; TERRE, F. *Droit Civil: les personnes -la famille -les incapacités*. 5ª. Ed., Paris: Dalloz, 1983.

ZANCANER, W. *Da responsabilidade extracontratual da administração pública*. São Paulo: Ed. RT, 1981.